

Pereiro Indaiatuba Empreendimentos e Participações S/A

(em Organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima

I – Data, hora e forma: Aos 15 (quinze) dias do mês de abril do ano de 2.024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, localizada à Rua Rubião Júnior, nº 3.027, Apto 301, centro, CEP: 15.010-090, reuniram-se em primeira convocação os fundadores do **Pereiro Indaiatuba Empreendimentos e Participações S/A** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. II – Quórum de instalação: totalidade dos subscritores fundadores. III – Convocação e Publicação: Dispensada nos termos do art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 1.976. IV – Mesa: **Presidência: Arnaldo Guariente Schiavon da Silva; Secretária: Patricia Carla Humer.** V – Ordem do dia: a) Constituição da Companhia; b) Aprovação do capital social; c) aprovação do Estatuto Social da Companhia; d) Eleição dos Membros da Diretoria. VI – Lavratura da ata: forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 1.976. VII – Deliberações: Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação, deu início aos trabalhos da Assembleia, informando que estava de posse do projeto do Estatuto Social da **Pereiro Indaiatuba Empreendimentos e Participações S/A**, cujo conteúdo já é conhecido de todos, porém, o teor do mesmo foi lido a todos os presentes, e cujo mesmo integra a presente ata na forma de Anexo; Foi aprovado, por unanimidade, sem ressalvas ou restrições, o Estatuto Social, que segue anexo e assinado por todos os acionistas fundadores, motivo pelo qual esclareceu o Sr. Presidente, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Pereiro Indaiatuba Empreendimentos e Participações S/A**; Foram constatadas, através dos Boletins de Subscrição do Capital Social, terem sido subscritas, em sua totalidade as **10.000 (dez mil) ações ordinárias**, sem valor nominal, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a integralização de 10% (dez por cento) em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, ficando o restante para integralização, também em moeda corrente nacional, até o dia 31 de dezembro de 2.024; Ressaltou, ainda, conforme artigo 81 da Lei nº 6.404, de 1.976, que o depósito referido no inciso III do artigo 80 da Lei nº 6.404, de 1.976 será realizado junto a Instituição Financeira autorizada a receber o mesmo; A seguir, por unanimidade, foram eleitos como membros da Diretoria, para o cargo de **Diretor** e mandato inicial até a próxima AGO o Sr. **Arnaldo Guariente Schiavon da Silva**, residente e domiciliado à Avenida Alberto Andaló, nº 3.220, Apto 74, centro, CEP: 15.015-000, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo e a Sra. **Patricia Carla Humer**, residente e domiciliada à Rua Capitão Neves, nº 725, Centro, CEP: 15.120-000, na cidade de Neves Paulista, Estado de São Paulo. Os membros da Diretoria, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ficando assim, empossados e investidos dos poderes para exercer as funções para as quais foram eleitos. Fazem parte integrante da presente ata os Boletins de Subscrição das Ações e Termos de Posse; Os membros da Diretoria ora eleitos assinam neste ato os Termos de Posse, que integram a presente ata, e que será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404, de 1.976. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. VIII – Encerramento: por não haver outros assuntos a serem deliberados, foi lavrada esta ata, lida, aprovada e assinada por todos os subscritores fundadores presentes e transcrita fielmente em livro próprio. São José do Rio Preto/SP, 15 de abril de 2.024. Mesa: **Arnaldo Guariente Schiavon da Silva** – Presidente; **Patricia Carla Humer** – Secretária. **Acionistas Fundadores: Arnaldo Guariente Schiavon da Silva** – CPF: 401.696.578-09; **Patricia Carla Humer** – CPF: 184.419.828-64. Visto do Advogado: Felipe Papa Santos de Moraes – OAB/SP 483.316. **Anexo I: Estatuto social: Pereiro Indaiatuba Empreendimentos e Participações S/A: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º. Pereiro Indaiatuba Empreendimentos e Participações S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado e reger-se-á por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares em vigor que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade tem sede e foro no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, localizada à Rua Rubião Júnior, nº 3.027, Apto 301, quadra 39, centro, CEP: 15.010-090, e poderá, a critério da Assembleia Geral, respeitadas as prescrições legais, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais, em qualquer outra parte do território nacional ou exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Artigo 3º.** A sociedade tem por objeto: a) A compra e venda de imóveis próprios; b) O aluguel de imóveis próprios; c) Holding de Instituições Não-Financeiras; d) A exploração de atividades agrícolas, incluindo o cultivo e comercialização de lavouras temporárias, por si ou em conjunto com terceiros; e) A exploração de atividades pastorais, incluindo a criação, engorda, recria e comercialização de animais, inclusive para corte, por si ou em conjunto com terceiros; f) A exploração de parcerias e/ou arrendamentos rurais ou urbanos e; g) A gestão e/ou participação em outras sociedades de qualquer ramo ou atividades comerciais, industriais, prestadoras de serviços ou sociedades anônimas, de origem nacional e/ou estrangeiras em qualquer lugar do país e fora dele, como sócia, acionista, quotista ou membro de conselho. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Artigo 4º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II – do Capital Social e Ações: artigo 5º.** O Capital Social é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A titularidade das ações só será considerada pela inscrição do nome do acionista no livro de Registro de Ações Nominativas. **Parágrafo 2º.** Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de Transferência de Ações Nominativas. **Parágrafo 3º.** Em caso de solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia emitirá certificados de ações. **Parágrafo 4º.** Os certificados de ações deverão ser assinados por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador legalmente constituído com poderes especiais para tanto. **Parágrafo 5º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e legislação aplicável, cada ação Ordinária corresponderá a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 1.976, até o valor de **R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**. **Parágrafo 1º.** Nas emissões de ações ou bônus de subscrição, a Companhia comunicará aos acionistas a deliberação da Diretoria Executiva acerca do aumento do capital social, informando todas as características e condições da emissão. **Parágrafo 2º.** Competirá à Assembleia Geral fixar as espécies de ações a serem subscritas, podendo ser ordinárias e/ou preferenciais, assim como o preço, o número, o prazo e as condições de subscrição e integralização. **Parágrafo 3º.** As ações preferenciais serão todas nominativas, de uma só classe, sem direito a voto e sem valor nominal e não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das emitidas. **Parágrafo 4º.** A vantagem das ações preferenciais consistirá em prioridade de seus titulares na distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. **Parágrafo 5º.** O acionista que não integralizar as ações subscritas ficará constituído de pleno direito em mora, sendo considerado remisso, podendo a Companhia à sua escolha: a) Promover contra ele e os demais responsáveis solidários, processo de execução para cobrar a importância devida, nos termos do artigo 107 da Lei nº 6.404, de 1.976, respondendo nesse caso pelo pagamento do principal acrescido da atualização monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração por rata die, contados do dia do vencimento da obrigação, e multa de 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado; b) Oferecer as ações dele a venda, fazendo-o por conta e risco exclusivos dele; c) Adquirir as ações, mantendo-as em tesouraria, nos termos do art. 8º deste Estatuto Social. **Artigo 7º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, que reconhece apenas 01 (um) proprietário para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do Parágrafo Único do Artigo 28 da Lei das Sociedades Anônimas. **Artigo 8º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, sem redução do capital subscrito, mediante aplicação de saldo de lucros acumulados, reserva de capital ou por doação, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** As ações assim adquiridas serão mantidas em tesouraria, sendo que o capital em circulação da Companhia corresponderá ao subscrito, menos as ações em tesouraria. **Parágrafo 2º.** As ações adquiridas pela Companhia, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito de voto nem participação dos dividendos votados ou de ações novas distribuídas. **Parágrafo 3º.** Por deliberação do Conselho Fiscal, se em funcionamento, a Companhia poderá recolocar ou vender ações mantidas em tesouraria. **Capítulo III – dos Órgãos Sociais: Artigo 9º.** A Companhia tem como órgãos sociais: a) Assembleia Geral; b) Diretoria Executiva; c) Conselho Fiscal. **Parágrafo 1º.** Ressalvadas as disposições previstas neste Estatuto Social, os membros que integrem a Diretoria Executiva não poderão exercer funções cumulativas e simultâneas no Conselho Fiscal. **Parágrafo 2º.** O prazo dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva será de 2 (dois) anos. **Parágrafo 3º.** Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, estão sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei nº 6.404 de 1.976. **Parágrafo 4º.** Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, tomarão posse mediante assinatura de termo nos respectivos livros de Atas. **Parágrafo 5º.** A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, respeitando os moldes de remuneração previsto no Artigo 162, § 3º da Lei nº 6.404 de 1.976. **Parágrafo 6º.** Não haverá remuneração cumulativa, de modo que os membros da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal farão jus ao recebimento de única remuneração, nos

termos a serem deliberados em Assembleia Geral, caso simultaneamente exerçam funções em algum desses órgãos em Companhias ou empresas controladas, coligadas, controladoras ou quaisquer outras que integrem ou venham a integrar o mesmo grupo da Companhia. **Parágrafo 7º.** Qualquer benefício que seja concedido aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, caso em funcionamento, além da remuneração prevista neste artigo, dependerá de aprovação em Assembleia Geral. **Parágrafo 8º.** Para ser eleito ou nomeado e exercer qualquer cargo da administração da Companhia, é necessário ter reputação ilibada, sendo que não tomará posse, ou perderá automaticamente o cargo, quem se submeter a qualquer das situações abaixo: I. Houver a quebra da *affectio societatis*, caso, além de membro de qualquer dos órgãos acima mencionados, seja também acionista; II. Praticar ato de extrema gravidade capaz de colocar em risco a atividade empresarial e/ou a própria função social da Companhia, inclusive quando se caracterizar improbidade administrativa, assim considerada por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que causar danos ou violar os interesses da Companhia, e/ou os deveres da boa-fé, honestidade e lealdade, inclusive se resultar em enriquecimento ilícito, visando auferir, para si ou para terceiros, qualquer tipo de vantagem indevida em razão do exercício de seu cargo, mandato, função ou causar lesão ou desvio, apropriação, dilapidação dos bens ou haveres da Companhia, tais como: a. Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente em razão de favores prestados em nome da Companhia; b. Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou materiais de qualquer natureza que sejam de propriedade ou estejam na posse da Companhia; c. Receber vantagem econômica, direta ou indireta, de qualquer natureza para contribuir ou explorar ou praticar jogos de azar, contrabando ou descaminho, trabalho escravo ou infantil ou qualquer outro ato ilícito ou ilegal; d. Fazer declaração falsa perante os acionistas, omitir informações sobre as operações da Companhia, especialmente em relação a receitas e despesas; e. Usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da Companhia; f. Deixar de praticar atos que lhe são cabíveis de ofício, como a prestação de contas; g. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado; h. Aceitar garantia insuficiente ou inidônea; i. Ordenar ou permitir a realização de despesas e operações em dissonância com as propostas orçamentárias e/ou as deliberações de Assembleia Geral; j. Ter sido condenado em decorrência de ação judicial por crime contra o patrimônio; k. Prática de atos comerciais, publicitários, administrativos ou de qualquer natureza e espécie que sejam contrários, incompatíveis, danosos ou prejudiciais à imagem, aos interesses e/ou ao objeto social da companhia; III. Ajuizar contra a Companhia, suas empresas coligadas ou das que ela participar, ação judicial que a prejudique. **Capítulo IV – das Assembleias Gerais: Artigo 10.** A Assembleia Geral convocada e instalada de acordo com a lei e este Estatuto é soberana e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Parágrafo 1º.** Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias da Companhia por procuradores devidamente constituídos, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados, podendo o instrumento de mandato ser assinado digitalmente através de uma plataforma certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), ou em caso de ser assinada de próprio punho, que esta seja original ou cópia enviada ao endereço da Companhia pelo próprio acionista. **Parágrafo 2º.** Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral da Companhia, bem como, da votação e/ou reuniões à distância, de modo que seja realizado através de plataforma online que detenha recursos para garantir a privacidade de todos os participantes. **Artigo 11.** Compete privativamente à Assembleia Geral: a) reformar o estatuto social; b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, bem como fixar as atribuições e competências de cada diretor, estabelecer a Remuneração Global Anual da Diretoria da Companhia; c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59, da Lei nº 6.404, de 1.976; e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou por este Estatuto Social, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação; f) deliberar sobre a avaliação de bens com o que o acionista concorrer para a formação do capital social; g) autorizar a emissão de partes beneficiárias; h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas; i) autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; j) aprovar as propostas orçamentárias, que poderão ser anuais ou semestrais, inclusive para fins de autorizar, em benefício da Companhia, suas coligadas ou qualquer outra Companhia ou empresa que a tiver como sócia ou acionista, a contratação de empréstimos, operações de leasing, instituição de alienação fiduciária, oferecimento de garantias, aquisições e venda de bens integrantes do Ativo Permanente, dentre ou outros tipos de negócios e operações; k) não havendo previsão em proposta orçamentária, autorizar a compra ou a venda de bens do Ativo Permanente ou a constituição de ônus reais sobre bem cujo valor seja acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), não se aplicando essa disposição a bens tangíveis ou intangíveis destinados à estruturação do imobiliário ou ao incremento das atividades da Companhia, tais como software, direitos autorais, equipamentos básicos para viabilizar a prestação de serviços por parte das equipes, como, por exemplo, telefones, cadeiras, mesas, os quais poderão ser comprados mediante aprovação da Diretoria Executiva; l) aprovar Política de divisão de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia; m) aprovar a alteração da Política Contábil da Companhia, bem como, autorizar a contratação de Auditores Independentes; n) aprovar qualquer matéria prevista no artigo 136 da Lei nº 6.404, de 1.976; o) aprovar o aumento e/ou redução do capital social e emissão/cancelamento de ações da Companhia, bem como a criação e/ou a emissão de ações preferenciais da Companhia. **Parágrafo Único.** Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404, de 1.976, será considerada regular a Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 12.** A Assembleia Geral deverá ser Ordinária, quando tiver por objeto: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso. **Parágrafo Único.** Nos demais casos não previstos no caput deste artigo, a Assembleia Geral será Extraordinária. **Artigo 13.** A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que o interesse da Companhia exigir; **Artigo 14.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Artigo 15.** As Assembleias Gerais, Ordinária e/ou Extraordinária, serão convocadas pela Diretoria, por qualquer de seus diretores, através de notificação a todos os acionistas, que deverá necessariamente conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. As notificações serão efetuadas por meio de telegrama, carta registrada, mensagem eletrônica (e-mail) ou pelo aplicativo WhatsApp, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, da data da realização da Assembleia; não se realizando a Assembleia, será realizada a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, com a indicação sucinta da ordem do dia. **Parágrafo 1º.** A Companhia, quando tiver o patrimônio líquido inferior a R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), poderá convocar Assembleia Geral através de jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet com certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). **Parágrafo 2º.** O anúncio eletrônico poderá ser enviado por qualquer meio eletrônico, como, por exemplo, e-mail e WhatsApp. **Parágrafo 3º.** Não obstante as disposições dos Parágrafos acima, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Companhia. **Artigo 16.** A convocação da Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, será feita, em regra, pela Diretoria Executiva, podendo também ser convocada: a) Pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, se a Diretoria retardar por mais de 1 (um) mês a convocação de assembleia Ordinária, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, inclusive para deliberar acerca de matérias consideradas necessárias; b) Por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social; c) Por acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem deliberadas, as quais deverão ser pertinentes à Assembleia, quando nesse mesmo prazo os órgãos da administração não encaminharem por escrito os motivos da negativa de convocação; d) Por acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital votante, ou 5% (cinco por cento), no mínimo, dos acionistas sem direito a voto, quando os administradores não atenderem, no prazo de 8 (oito) dias, o pedido de convocação de assembleia para instalação do Conselho Fiscal ou não apresentarem, no mesmo prazo, motivos da negativa da instalação. **Artigo 17.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto; ou em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número. **Parágrafo 2º.** As pessoas presentes à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionista com a exibição de documento de identidade. **Artigo 18.** As deliberações submetidas à aprovação da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e as constantes deste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos válidos representando a maioria do capital social subscrito e integralizado da Companhia, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 1º.** As matérias abaixo especificadas serão deliberadas por quórum qualificado de acionistas

que representem, no mínimo, maioria absoluta de ações com direito a voto e não a quantidade de votos: I. Criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais; II. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorável; III. Redução do dividendo obrigatório; IV. Fusão ou cisão da Companhia ou sua incorporação em outra; V. Participação em outras Companhias de qualquer natureza ou em grupo de Companhias; VI. Mudança do objeto social da Companhia; VII. Cessação do estado de liquidação da companhia; VIII. Criação de partes beneficiárias; IX. Abertura do capital social; X. Dissolução da Companhia; XI. Alienação, total ou parcial, da Companhia a terceiros; XII. Requerimento de falência ou de recuperação extrajudicial ou judicial da Companhia; **Parágrafo 2º.** As Assembleias Gerais serão dirigidas por mesa composta por um Presidente, a ser escolhido entre as pessoas presentes, que convidará outra pessoa ali presente para exercer a função de Secretário(a), podendo qualquer deles ser acionista ou não. **Artigo 19.** Poderão deliberar em Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, apenas os acionistas cujas ações tenham sido inscritas em seu nome em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e hora marcada para sua realização. **Capítulo V – Da Diretoria Executiva: Artigo 20.** A representação da Companhia competirá à Diretoria Executiva, que será constituída por, no mínimo, 1 (um) Diretor e até, no máximo, 03 (três) Diretores sem designação específica, acionista ou não da companhia, residente no País, eleito, substituído ou destituído pela Assembleia Geral, que poderão ou não serem nomeados, sem a necessidade de pertencerem ao quadro de acionistas, todos com mandatos não superiores a 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** A investidura far-se-á por termo no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Parágrafo 2º.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 21.** Competirá a qualquer membro da Diretoria Executiva, isoladamente, independentemente de ordem de preferência ou nomeação, exercer a representação da Companhia e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais, sendo-lhes conferidos poderes para representá-la em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, convocar Assembleia Geral, e praticar todos os atos necessários para o funcionamento regular da Companhia, exceto nas seguintes hipóteses, em que a administração **sempre conjunta**, por 2 (dois) diretores ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos: a) Assinar contratos entre a Companhia de terceiros, aditamentos, distratos, declarações, bem como documentos relativos à aquisição, oneração ou alienação de bens e direitos, móveis ou imóveis, mesmo que integrantes do ativo permanente da Companhia, escrituras e atos públicos afins; b) E contrair qualquer obrigação à Companhia, seja de natureza pecuniária ou não, em valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **Parágrafo Único.** Sempre que ocorrer violação ao disposto no caput deste artigo, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos diretores e/ou procuradores envolvidos. **Artigo 22.** A Diretoria Executiva se reunirá sempre que seus membros considerarem necessário, cabendo-lhes lavrar ata de reunião retratando as deliberações tomadas. **Parágrafo Único.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VI – do Conselho Fiscal: Artigo 23.** O Conselho Fiscal da Companhia será constituído por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, que serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar pela instalação desse órgão, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. **Parágrafo 2º.** A instalação do Conselho Fiscal se dará por Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na sua primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **Artigo 24.** Caso solicitado o seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe conferir, se reunirá sempre que os membros considerarem necessário, cabendo-lhes, dentre eles, escolher o Presidente. **Parágrafo 1º.** Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal, se instalado, convocar as reuniões do órgão. Na falta de convocação por parte do Presidente, a convocação será feita por qualquer outro membro do órgão. **Parágrafo 2º.** A convocação e a reunião poderão se dar por qualquer meio eletrônico, como, por exemplo, e-mail, WhatsApp, etc. **Parágrafo 3º.** As convocações serão dispensadas se à reunião comparecerem todos os membros do Conselho ou se eles decidirem por escrito a matéria que nela seria deliberada. **Parágrafo 4º.** As reuniões do Conselho Fiscal serão instaladas com a presença de 3 (três) membros, devendo um deles, no mínimo, ser efetivo. **Parágrafo 5º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria absoluta de votos. **Parágrafo 6º.** Caracterizará vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal em relação a aquele que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas. **Parágrafo 7º.** Em caso de vacância de qualquer membro do Conselho Fiscal, o órgão prosseguirá com os demais atuantes, caso sejam no mínimo 3 (três), até a primeira Assembleia Geral, que elegerá o substituto. Reduzindo o Conselho a 2 (dois) membros, será convocada Assembleia Geral para eleger e preencher os cargos vagos. **Parágrafo 8º.** Em caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente exercer o voto de minerva. **Parágrafo 9º.** Se por qualquer motivo o Presidente não estiver presente à reunião e houver empate, o voto de minerva será exercido pelo membro mais velho do Conselho. **Capítulo VII – do Exercício Social, das Demonstrações Financeiras e Destinação de Resultados: Artigo 25.** O exercício social corresponderá ao ano civil, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. O primeiro exercício social da Companhia começará na data de sua constituição e terminará no dia 31 de dezembro do ano respectivo. **Artigo 26.** Ao término de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as disposições legais e com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. **Parágrafo 1º.** Os lucros da Companhia serão distribuídos entre os acionistas nas mesmas proporções do capital social que cada um tiver subscrito e efetivamente integralizado, sendo que o lucro líquido apurado no exercício, este terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão deduzidos para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, caso a reserva legal vier a exceder os 20% (vinte por cento), esta será levada ao aumento do capital social e o remanescente permanecerá na conta da reserva legal; b) 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros serão distribuídos entre os acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios; c) 70% (setenta por cento) dos resultados apurados terão a destinação deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** A previsão contida no item (a) do parágrafo anterior será verificada tomando-se em relação ao capital social do fechamento do mesmo exercício ao de apuração dos resultados. **Parágrafo 3º.** Os prejuízos, se houverem, serão mantidos em conta específica para compensação dos lucros futuros, podendo, se assim decidirem as partes signatárias, justificar o aumento de capital especificadamente para cobrir eventuais perdas. **Parágrafo 4º.** A Diretoria poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias em período semestral, trimestral ou mensal e os acionistas, em Assembleia Geral, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nas referidas demonstrações financeiras, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei nº 6.404, de 1.976. **Parágrafo 5º.** A qualquer tempo, os acionistas em Assembleia Geral também poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual, semestral, trimestral ou em período inferior, conforme o caso. **Parágrafo 6º.** A Diretoria poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 7º.** Do resultado do exercício ou das demonstrações financeiras intermediárias previstas no parágrafo 4º deste artigo, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Capítulo VIII – da Dissolução e Liquidação: Artigo 27.** Dissolve-se totalmente a Companhia nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 28.** Em caso de resolução, rescisão ou rescisão parcial da Companhia em relação a um ou mais acionistas, em virtude de morte, retirada espontânea, exclusão ou qualquer outro motivo, os haveres a ele cabíveis serão apurados pelo valor de patrimônio líquido contábil das ações na data do evento, não sendo incluído para este fim os intangíveis da Companhia, fundo de comércio, estabelecimento, avviamento, marca, dentre outros que possam existir. **Parágrafo único.** Não se admite qualquer outra forma de apuração de haveres, devendo ser respeitada pelo Poder Judiciário ou eventual Juízo Arbitral (o que for aplicável) a metodologia deste artigo, em respeito à autonomia da vontade privativa dos acionistas, constante no artigo 606 do Código de Processo Civil. **Artigo 29.** Os haveres serão quitados de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas, ou ainda, caso não haja consenso, poderão ser pagos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). **Artigo 30.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação de acionistas que representem a maioria absoluta do capital social, reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, a qual estabelecerá o modo e o prazo de liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante. **Artigo 31.** Na Companhia, prepondera o caráter personalíssimo de seus acionistas, de modo que qualquer deles poderá ser excluído por justa causa, caso incorra nos atos previstos no parágrafo 8º do artigo 9º deste Estatuto Social. **Capítulo IX – Disposições Finais: Artigo 32.** A Companhia observará o Acordo de Acionistas arquivado na sua sede, que dispuser sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto e quaisquer outras matérias ajustadas entre os acionistas. **Artigo 33.** Quaisquer matérias não reguladas pelo presente Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas, serão resolvidas de conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e demais legislações em vigor. **Capítulo X – Do Foro: Artigo 34.** Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Estatuto Social ou relacionadas à Companhia cuja solução amigável não seja possível, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja. São José do Rio Preto/SP, 15 de abril de 2.024. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.637.992 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Monte Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2024

1. Data, horário e local: Realizada aos 08 dias do mês de agosto de 2024, às 8:30 horas, horário de Brasília, de forma virtual, por meio de sistema eletrônico de participação remota – Plataforma Teams, aplicativo que permite a correta identificação dos conselheiros eleitos, disponibilizado pela **Monte Rodovias S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 1.098, Conjunto 91, CEP 04.542-001, Itaim Bibi (“**Companhia**”).

2. Convocação e presença: Dispensadas as formalidades para convocação em razão da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, via conferência eletrônica, na forma do disposto no Parágrafo Único do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Reunião do Conselho de Administração.

3. Mesa: **Presidente:** Sr(a). Julio Cezar Troiano Zogbi; **Secretário(a):** Sr(a). Manuela Rego Duran.

4. Ordem do dia: Appreciar e deliberar sobre: **(a)** a lavratura da ata na forma de sumário; **(b)** nos termos do artigo 25, inciso (xvi) do Estatuto Social da Companhia, a outorga pela Companhia, no âmbito da Emissão (conforme definido abaixo), de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) sob Condição Suspensiva (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo); **(c)** a outorga de procuração pela Companhia à **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 (“**Agente Fiduciário**”), em caráter irrevogável e irretroatável, com vigência até o cumprimento integral das obrigações a serem assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; **(d)** nos termos do artigo 25, inciso (xxi) do Estatuto Social da Companhia, o voto favorável a ser proferido pela Companhia na assembleia geral de acionistas da **Monte Rodovias Nordeste I Holding Participações S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 35.109.618/0001-79 (“**Emissora**”) que deliberar sobre a **(d.1)** 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora, no valor de R\$ 450.000.000,00 (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), que será objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) em regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”), nos termos a serem previstos no “**Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da Monte Rodovias Nordeste I Holding Participações S.A.**”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“**Escritura de Emissão**”); **(d.2)** outorga pela Emissora, no âmbito da Emissão, de cessão fiduciária **(i)** da totalidade dos direitos creditórios (incluindo os Investimentos Permitidos (conforme definidos abaixo), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos, pela Emissora, decorrentes da conta corrente de titularidade da Emissora, a ser indicada no Contrato de Cessão Fiduciária, a ser aberta junto ao banco depositário (“**Conta Vinculada**” e “**Banco Depositário**”, respectivamente), bem como a titularidade da Conta Vinculada e todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária, incluindo: **(I)** aqueles decorrentes, de todos os dividendos, proventos, pagamentos a qualquer título, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos para a Emissora, em decorrência da titularidade das ações, de ações adicionais e demais títulos, inclusive títulos de valores mobiliários de ações ou permutáveis em ações, relacionadas ao capital social das investidas da Emissora, incluindo relacionadas ao capital social da Concessionária Litoral Norte S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.643.134/0001-19 (“**CLN**”), Concessionária Bahia Norte S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.160.715/0001-90 (“**CBN**”), Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.533.336/0001-21 (“**CRC**”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.799.190/0001-09 (“**CRA**”) e, em conjunto com CLN, CBN e CRC, as “**Concessionárias**”) detidas pela Emissora que, por ventura, venham a acrescentar e/ou substituir a participação societária nas Concessionárias, independentemente da assinatura de qualquer outro documento ou da prática de qualquer outro ato (“**Pagamento de Dividendos**”), **(II)** todos e quaisquer montantes que a Emissora tenha direito de receber em relação aos recursos decorrentes após uma eventual execução das garantias outorgadas no âmbito da totalidade das dívidas, financiamentos e endividamentos, incluindo no âmbito dos Endividamentos Permitidos, das Concessionárias, respeitadas e observadas integralmente as disposições e limitações previstas nos referidos contratos (“**Sobeto**”), **(III)** todos e quaisquer direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes decorrentes da alienação, cessão, venda, ou transferência, a qualquer título, de ativos, ações ou bens da Emissora (“**Venda de Ativos**”) que a Emissora venha a receber, **(IV)** todos e quaisquer montantes que a Emissora venha a fazer jus decorrentes de todas e quaisquer indenizações eventualmente oriundas da ocorrência da Caducidade (conforme definição a ser atribuída na Escritura de Emissão), após a quitação integral de todas as obrigações relacionadas à Concessão (conforme definição a ser atribuída na Escritura de Emissão) e à Concessionária objeto de referida Caducidade; **(V)** todos e quaisquer montantes que a Emissora venha a receber decorrentes dos Mútuos Permitidos – Concessionárias (conforme definido na Escritura de Emissão); e **(VI)** o montante equivalente ao Valor de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definição a ser atribuída na Escritura de Emissão) caso a Emissora realize a contratação de Endividamento Emissora (conforme definição a ser atribuída na Escritura de Emissão); e **(b)** quaisquer títulos e/ou valores mobiliários adquiridos com os recursos depositados na Conta Vinculada, de tempos em tempos, em decorrência do investimento e/ou da aplicação de tais montantes em investimentos permitidos (“**Investimentos Permitidos**”), bem como quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou do resgate de referidos Investimentos Permitidos, assim como os valores enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, observado que quaisquer juros eventualmente devidos com relação aos Investimentos Permitidos renderão em favor da Emissora, mas constituirão parte integrante da Cessão Fiduciária (“**Cessão Fiduciária**”) e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, “**Garantias Reais**”), nos termos previstos no instrumento constitutivo da Cessão Fiduciária, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário como partes, e as Concessionárias como intervenientes anuentes (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”) e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, “**Contratos de Garantia**”); **(d.3)** celebração pela Emissora, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de Alienação Fiduciária; **(d.4)** outorga de procuração pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia, de forma a constituir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (conforme definido abaixo), seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais no âmbito dos Contratos de Garantia, em caráter irrevogável e irretroatável, com vigência até o cumprimento integral das obrigações a serem assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão; **(d.5)** celebração pela Emissora de todos os documentos relacionados à Emissão e às Garantias Reais, incluindo, mas não se limitando a, Escritura de Emissão, contrato de distribuição a ser celebrado junto a uma instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta (“**Contrato de Distribuição**” e “**Coordenador Líder**”, respectivamente), Contratos de Garantia, contrato com o Banco Depositário (“**Contrato de Depósito**”), eventuais aditamentos e demais documentos relacionados; **(d.6)** autorização expressa para que a diretoria da Emissora e/ou seus procuradores pratiquem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da Emissão das Debêntures, realização da Oferta e outorgas das Garantias Reais, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a, **(I)** contratar o Coordenador Líder; **(II)** contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, tais como o agente de liquidação, escriturador, Agente Fiduciário, Banco Depositário, agência de classificação de risco e assessores legais, entre outros; **(III)** negociar e definir os termos e condições das Debêntures, da Oferta e das Garantias Reais; e **(IV)** negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e a outorga de Garantias Reais, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição, aos Contratos de Garantia, ao Contrato de Depósito, bem como eventuais aditamentos; e **(d.7)** ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Emissora e/ou seus procuradores para o cumprimento das deliberações acima (“**AGE da Emissora**”); **(e)** a celebração pela Companhia de todos os documentos relacionados à Emissão e à Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária, eventuais aditamentos e demais documentos relacionados; **(f)** a autorização à diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores para praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes ao cumprimento das deliberações ora tomadas; e **(g)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para o cumprimento das deliberações ora tomadas. **5. Deliberações:** Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os conselheiros deliberaram por unanimidade de votos, sem ressalvas, sobre a aprovação: **(a)** da lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme em vigor (“**Lei das Sociedades por Ações**”); **(b)** da outorga pela Companhia, no âmbito da Emissão, de alienação fiduciária **(i)** da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Emissora detidas pela Companhia (“**Ações da Emissora**”); **(ii)** de todas as novas ações ordinárias e preferências de emissão da Emissora que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro, bem como quaisquer bens em que as Ações da Emissora sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações de emissão da Emissora que sejam porventura atribuídas às acionistas da Emissora, ou eventuais sucessores legais, incluindo mas não se limitando, por meio de bonificações, desmembramentos ou grupamentos de ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, conversão de debêntures, reorganização societária; e **(iii)** todos Mútuos Permitidos – Acionista (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como todos os direitos, frutos e rendimentos decorrentes das Ações da Emissora, inclusive, mas não se limitando aos direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados, por qualquer razão, à Companhia em relação às Ações da Emissora, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações da Emissora que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital (“**Direitos Econômicos**” e “**Alienação Fiduciária de Ações**”, respectivamente), nos termos previstos no instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado entre a Companhia, a **Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.737.858/0001-52, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário; **(c)** da outorga de procuração pela Companhia ao Agente Fiduciário nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária, de forma a constituir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária, em caráter irrevogável e irretroatável, com vigência até o cumprimento integral das obrigações a serem assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão; **(d)** do voto favorável a ser proferido pela Companhia na AGE da Emissora; **(e)** da celebração pela Companhia de todos os documentos relacionados à Emissão e à Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária, eventuais aditamentos e demais documentos relacionados; **(f)** da autorização à diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores para praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes ao cumprimento das deliberações ora tomadas; e **(g)** da ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para o cumprimento das deliberações ora tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da reunião do Conselho de Administração pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário. Após referida lavratura, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes, digitalmente, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001. Autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos conselheiros. São Paulo, 08/08/2024. *Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.*

Dierberger Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 51.462.349/0001-86 – NIRE 35.300.062.698

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

São convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 14h00 na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2024/2027; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Aham-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 16 de agosto de 2024. **João Andreas Dierberger – Diretor Presidente** (16, 17 e 20/08/2024)

Dierberger Óleos Essenciais S.A.

CNPJ/MF nº 61.142.089/0001-15 – NIRE 35.300.012.844

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

São convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 10h00 na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2024/2027; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Aham-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 16 de agosto de 2024. **João Andreas Dierberger – Diretor Presidente**. (16, 17 e 20/08/2024)

Blue Health Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.547.604/0001-42 – NIRE 35.300.593.723

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 18 de julho de 2024, às 16:00 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 1.207.367/24-2 em 13/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Blue Health Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.547.604/0001-42 – NIRE 35.300.593.723

Ata de Reunião do Conselho de Administração

realizada em 18 de julho de 2024, às 16:00 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 1.200.016/24-5 em 05/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 62.550.256/0001-20 | Companhia

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da **Assembleia Geral Extraordinária** a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 867, 6º andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 23/08/2024, às 15 h. **Ordem do Dia:** **(I)** alteração do objeto social; **(II)** aumento do capital social; e **(III)** alteração e consolidação do estatuto social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapvida.com.br. São Paulo/SP, 14 de agosto de 2024. **Diretor Presidente – Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima.** (15, 16 e 17/08/2024)

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Estok Comércio e Representações S.A.** (“**Companhia**”), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia a, com fundamento no art. 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22 de agosto de 2024, às 15h, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida José Cesar de Oliveira nº 21, Conjuntos 31, 32 e 33, Bloco III, Vila Leopoldina, CEP 05317-000, para deliberarem sobre: **(I)** A ratificação do pedido de recuperação extrajudicial da Companhia, ajuizado no dia 9 de agosto de 2024 e distribuído para a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 11, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. São Paulo, 14 de agosto de 2024. **Fernando Cezar Dantas Porfirio Borges – Presidente do Conselho de Administração.** (14, 15 e 16/08/2024)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

